

O lobo, a alcateia e o problema do extremismo

» ODILON CALDEIRA NETO

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É coordenador do Observatório da Extrema-Direita

Um artefato explode em Brasília. Ato individual ou ação coletiva? Destrinchar esse quadro é um desafio no combate ao extremismo. Em tempos recentes, a figura do lobo solitário tem sido utilizada para explicar os métodos e estratégias empregados em atentados violentos e terroristas em vários países. Mas, em uma das frases marcantes ditas por Alexandre de Moraes, em pronunciamento sobre o atentado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) acertadamente afirmou que “o que ocorreu ontem não é um fato isolado do contexto”. O pronunciamento não apenas arrefeceu os planos de anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, mas também jogou luz sobre o problema do extremismo e da escalada do discurso de ódio no país.

Em termos concretos, o conceito de lobo solitário diz respeito principalmente ao repertório de atuação — isto é, indivíduos terroristas cujas estratégias prescindem de articulação em grupos, tal como era comum no século 20, quando o terrorismo em grupos era uma estratégia comum no campo do extremismo político. Teoricamente, não há equívoco em chamar o ato recente como uma expressão solitária, mas é importante considerar alguns aspectos interligados, que fazem com que uma pessoa se mobilize para agir em ato de tamanho impacto. Isso ocorre porque há um longo processo de formação nesses atos, que envolve etapas de socialização e de repertórios comuns. Em outras palavras, é necessário enquadrar as ações aparentemente individuais em um contexto de referências coletivas. Nesses casos, o lobo solitário, mesmo agindo sozinho, faz parte de uma alcateia.

Por isso, é necessário indagar o que faz alguém se engajar em atividades terroristas. Considerar o ato como parte de uma rede de atuação e formação política é um importante ponto de partida para lidar com os impactos do extremismo. Além disso, demonstra que um indivíduo solitário na cadeia do extremismo age por uma lógica coletiva de radicalização, que podemos chamar de percurso de formação, em meio ao senso de comunidade ideológica.

Esse indivíduo não pode ser lido como um desconectado da realidade que o cerca, por mais que suas ideias possam parecer estranhas e fora do lugar. Sem dúvida, a patologização é um equívoco de abordagem ou via de escape para as pessoas envolvidas e não auxilia a enquadrar a dimensão política desse fenômeno.

Uma abordagem qualificada e sistêmica do problema deve entender que o indivíduo age sozinho, mas orientado por uma base de formação. O núcleo mais próximo desses indivíduos é formado por outros indivíduos também radicalizados, embora nem todos se disponham a agir de

modo extremo fora dos meios virtuais. Nesse núcleo, há uma comunidade com marcadores ideológicos definidos no campo da extrema-direita. Na reação conjunta de negação aos valores e padrões mais amplos da sociedade e de suas instituições (no caso, as instituições da democracia liberal), forma-se uma comunidade marcada por um estilo de vida alternativo.

Mas essa comunidade não pode ser lida como dissociada de um grupo maior, que é onde há um trânsito de formação nos valores do extremismo de direita, aos quais podemos chamar de mitos mobilizadores, como o anticomunismo. Aqui, entram menos as teorias de conspiração deslocadas da racionalidade, que dá lugar às questões da realidade concreta.

Esse núcleo intermediário é o campo de hegemonia do bolsonarismo, com seus alvos, discursos e uma forte coerência interna. É um espaço de resgate de valores tradicionais, assim como de atualização, por meio de uma rede transnacional da extrema-direita. Esse setor provê um aspecto de legitimidade para o estilo de vida alternativo.

Não há nada paradoxal nisso, pois aqueles que negam a instituição e a normalidade das coisas se veem representados por aqueles que são a representação política e facilitadores de seus discursos extremistas.

No topo da pirâmide, há uma dimensão institucional que funciona como mobilização das bases, inclusive aquelas mais radicais e formadas pelo sentimento anti-institucional e pelo extremismo violento. Portanto, é necessário entender que olhar o ato ocorrido como fruto de um lobo solitário não pode significar a patologização individual.

É importante a abordagem que consiga integrar o lobo solitário em uma alcateia discursiva, representativa e política que forneça referências para atos extremistas. Ou seja, os lobos solitários são parte de um problema maior, que envolve questões do campo político, a regulação das redes sociais, assim como a normalização do discurso da extrema-direita na opinião pública. Longe (ou além) de mero desvio de conduta, são expressões de um extremismo político consolidado no país e que precisa ser tratado com atenção.



Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

As portas da percepção

Uma pergunta que parece ecoar desde sempre, ou pelo menos desde que inventaram as empresas estatais, busca saber, sem evasivas, a quem essas instituições do Estado realmente servem. A questão ganha uma embalagem mais personalista quando se nota que essas empresas — ao contrário de outras desligadas do Estado e que, por isso mesmo, têm que se virar para sobreviver num ambiente totalmente hostil — possuem uma espécie de salvo-conduto que as torna imunes a tudo, inclusive à má administração e aos rigores da falência.

Por suas características exclusivas, as estatais não se enquadram dentro dos princípios de competição, excelência, transparência e eficiência que marcam as empresas dentro de um regime de livre competição ou de quaisquer outros requisitos próprios do capitalismo. Em regra, as estatais seguem um enevoado e distorcido princípio do capitalismo de Estado, sem o qual elas não sobreviveriam num mundo comandado pelas forças do mercado e pela preferência dos consumidores.

Não por outra razão, mesmo, segundo o Banco Central, apresentando um rombo de R\$ 7,2 bilhões entre janeiro e agosto deste ano, o maior déficit registrado na série histórica iniciada em 2002, essas empresas seguem em frente confiantes de que isso é apenas mais um pequeno detalhe. Norem que esse passivo, recorrente nos governos de esquerda, não será debitado no caixa dessas empresas, mas na conta dos pagadores de impostos. Déficit nas contas do governo é um outro nome para dizer que os cidadãos estão devendo ao Estado, o que pode ser atenuado com o aumento de impostos e outras taxas.

Diante de uma realidade cruel como essa, a outra pergunta que fica é por que seguimos preservando as empresas estatais se elas, mesmo com todo o aporte público, não geram lucros ou benefícios diretos para os cidadãos? Que se saiba, nunca houve aumento salarial decorrente de bônus gerados pelas estatais. A não ser na gestão do general Floriano nos Correios.

Atualmente, as riquezas que essas empresas prospectam fluem diretamente dos cofres públicos. Em outras palavras, estão nos cofres públicos ou no Tesouro Nacional o pré-sal e outras riquezas que essas empresas dizem produzir. Sendo assim, abre-se aqui a primeira porta a revelar a quem as estatais servem de fato. Primeiramente, servem às políticas do governo no comando do Estado, mesmo que essas ações contrariem a lógica e o bom senso.

Pela abertura de uma segunda porta, é revelado que as estatais servem diretamente ao governo, mesmo que dissociado das necessidades da população. Seguindo em frente por esse labirinto burocrático, verificamos que as estatais, ao fim e ao cabo, servem aos políticos, sobretudo aqueles alinhados à base governista.

Outras brechas indicam ainda que as estatais servem também às dezenas de partidos que orbitam em torno do governo. Abrindo-se outras portas, as quais os públicos não têm acesso, é visto que as estatais, que a tantos senhores obedecem, servem também aos chamados campeões nacionais ou empresários que encontraram nessas empresas o filão de ouro que desejam.

Não surpreende, pois, que, em nove de cada 10 escândalos de corrupção, esses personagens são sempre vistos na cena do crime. O que temos é um imenso balaio estatal em que estão reunidos membros do governo, políticos e empresários, todos juntos e misturados. Mas engana-se quem pensa que esses são os únicos embarcados nesse transatlântico estatal. A eles se juntam boa parte dos artistas, que comungam do mesmo credo ideológico.

Noticiado pela grande mídia, Petrobras, Itaipu Binacional, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Serpro e outras deram dinheiro a um festival organizado pela primeira-dama que ocorrerá na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, durante o encontro do G20. No palco desse evento, estarão artistas como Zeca Pagodinho, Alceu Valença, Ney Matogrosso, entre outros.

A última porta a descortinar o mundo fantástico das estatais mostra que, internamente, do ponto de vista dos trabalhadores dessas empresas, nem mesmo os fundos de pensão, que eles mantinham como esperança de aposentadorias dignas, foram deixados de fora dessa razão e, hoje, amargam prejuízos bilionários. Dizer o quê?

» A frase que foi pronunciada:

“O Estado é manso com as estatais, mas vilão com os empreendedores.”

Mateus Machado

» História de Brasília

Apenas uma firma, a Comil, vende em Brasília, por mês, 359 mil maçãs e peras, um milhão de laranjas, 12 mil dúzias de bananas e um milhão e duzentos limões. (Publicada em 21/4/1962)

O legado de ataques à democracia precisa ser enfrentado e superado

» GIULIANO GALLI

Coordenador executivo da área de Jornalismo e Liberdade de Expressão do Instituto Vladimir Herzog

» SÂMIA GABRIELA TEIXEIRA

Assessora de comunicação institucional do Instituto Vladimir Herzog

Na noite de quarta-feira (13), Brasília foi palco de mais um episódio violento e emblemático de uma realidade que não pode ser ignorada: a impunidade dos que atentam contra as instituições ainda fragiliza a democracia brasileira.

Francisco Wanderley Luiz, identificado pela Polícia Federal como autor do atentado, detonou bombas na Câmara dos Deputados e em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Descrita como premeditada pelas autoridades, a ação é mais um triste e preocupante exemplo da violência política que tomou de assalto o espaço público e que tem raízes profundas em nossa história de resoluções negligenciadas. Mais do que isso: é a expressão de um radicalismo que desafia diretamente o pacto social que sustenta nossa sociedade e não pode mais ser tolerado.

Se desde a ditadura militar os responsáveis por graves violações de direitos humanos não foram devidamente responsabilizados e raramente foram punidos, temos no presente um terreno fértil para a perpetuação de ações violentas e antedemocráticas, inclusive por parte de agentes públicos. A manutenção dessa certeza de impunidade, que resguarda aqueles que atacaram e ainda atacam a democracia, coloca em risco valores e instituições que lutamos para estabelecer e preservar.

Diante de tanta selvageria e hostilidade, a extrema-direita tenta distorcer os fatos e promover uma reinterpretação do passado. Mas, na verdade, é ela a principal responsável pela conjuntura

de violência e terror que teve mais um capítulo no episódio de Brasília.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, que com desfaçatez se posicionou como defensor da democracia, na verdade encoraja, de forma sistemática, um discurso violento e desestabilizador, que nos remete a seu histórico pessoal de incitação à desconfiança nos processos eleitorais e a ataques às instituições brasileiras. Sua estratégia é clara: enfraquecer a democracia e lançar dúvidas sobre a legitimidade das instituições como forma de pavimentar o caminho para um autoritarismo disfarçado de legalidade. A recente retórica bolsonarista pacifista é, portanto, uma fachada para fortalecer o projeto autoritário dos movimentos extremistas.

Enquanto ocupava cargos públicos e durante os quatro anos em que esteve na Presidência, Bolsonaro incitou ações violentas como essa mais recente em Brasília. Foi durante o governo dele que surgiu e foi institucionalizado o chamado “gabinete do ódio”. Foi ele quem fez ameaças permanentes ao STF e aos ministros da Corte. Bolsonaro é, portanto, diretamente responsável por colocar, ao mesmo tempo, Francisco Wanderley Luiz no lugar de agente do terror e vítima desse movimento.

A impunidade histórica daqueles que atacam as instituições no Brasil é um dos maiores desafios para a consolidação de nossa democracia. Não podemos mais postergar a tarefa de investigar e responsabilizar os autores de atos que têm como

único objetivo instaurar um clima de medo e terror e, assim, desestabilizar o regime democrático. Esse é um passo fundamental para a reconciliação nacional, que só será possível quando verdade e justiça andarem de mãos dadas.

Mais do que nunca, precisamos afastar qualquer possibilidade de anistia aos crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito e, finalmente, romper com a cultura de impunidade que se arrasta desde a ditadura militar. Não há pacificação possível que não passe, obrigatoriamente, pela responsabilização daqueles que cometeram e incentivaram atos criminosos contra a democracia.

Os atos autoritários e terroristas que têm surgido como ecos de um passado não resolvido mostram que nossa sociedade ainda carrega feridas abertas. O atentado em Brasília nada mais é do que uma extensão do 8 de janeiro, e isso deve nos servir como um lembrete doloroso da necessidade de não apenas proteger, mas também fortalecer e consolidar nosso Estado Democrático de Direito.

Sem o compromisso coletivo da sociedade civil e do Estado em torno dessa missão, voltaremos a assistir a novas investidas criminosas e violentas contra a nossa democracia, contra as nossas liberdades e, sobretudo, contra o nosso futuro. Sigamos articulando esforços para que nosso passado de ditaduras e violências não mais nos assombre. Para que nossa história seja a bússola de aprendizado para um futuro mais seguro de memória, verdade e justiça.